

rios, lembremos os trabalhos de José Carlos Vasconcelos, Morgado Florindo, Graça Almeida Rodrigues, Raul Rego, César Príncipe, Fernando Correia, José Magalhães Godinho, António Borges Coutinho, Francisco Salgado Zenha, além de livros coletivos resultantes da recolha de debates ou artigos sobre o estatuto da imprensa, a Lei de Imprensa, a liberdade de imprensa, a política de informação, para apenas referir alguns dos muitos.

O A. não pretende fazer nem sequer esboçar uma história da imprensa portuguesa entre 1910 e 1974. Mas dá um contributo que é, sem dúvida, o de maior valor para a matéria em causa neste período.

JOSÉ TENGARRINHA

*Luís Reis Torgal, A Universidade e o Estado Novo: o Caso de Coimbra, 1926-1961*, Coimbra, Minerva, 1999, 296 páginas.

O livro *A Universidade e o Estado Novo: o Caso de Coimbra, 1926-1961*, do Prof. Luís Reis Torgal, é uma obra essencial para compreender melhor o período do salazarismo, mas é, ao mesmo tempo, um livro profundamente inquietante pelo que revela do comportamento, durante os

anos da ditadura, das universidades portuguesas, em geral, e da Universidade de Coimbra, muito em particular.

Reis Torgal assume com clareza a postura de manter em toda a obra um critério científico rigoroso ou, como ele precisa, «o cuidado de analisar as questões para as procurar compreender e interpretar, e nunca para as julgar», refere, detalhadamente, os problemas metodológicos que uma investigação sobre a Universidade de Coimbra, num período temporal tão próximo, levanta e reconhece quão pouco a historiografia universitária portuguesa se interessou, até ao momento, pelo estudo da universidade no Estado Novo.

Reis Torgal observa que esta situação se verifica também na pouca abundância de estudos da universidade noutros contextos europeus de autoritarismo, nomeadamente na Espanha de Franco, na Itália de Mussolini e na Alemanha de Hitler. Será que isto revela algum pudor, alguma vergonha, dos investigadores universitários em desvendar, perante a sociedade, o que foi a atitude desprezível da instituição universitária durante o nazismo e o fascismo? Em boa verdade, muito ao contrário daquelas «instituições livres, mesmo em sociedades governadas por déspotas», orgulhosamente referidas por Giovanni Agnelli nas celebrações dos 900 anos da Universidade de Bolonha, o que nos será mostrado é uma instituição decapitada, conivente com o regime ditatorial, subserviente

e laudatória do catedrático ditador, instituição mimoseada por Aquilino Ribeiro com os epítetos de «instituição bafienta, inútil, arcaica, submissa às ideias feitas, onde jamais foi possível entrar um verdadeiro ar de civilização e sair outra coisa que não fossem as metanas exaladas pelo timpanismo dos mestres mais possidónios, mais abroeirados, mais sapateirais da orbe», ou ainda, segundo Joaquim de Carvalho, a propósito da Faculdade de Letras, a partir de 1950: «[...] O ambiente tornou-se clerical. Não era só o número de padres e freiras com os seus hábitos; era sobretudo a transformação da mentalidade. O silêncio nos corredores, a compostura obediente, as reverências aos professores, a sensação da existência de uma fiscalização sempre presente, o anonimato espiritual, a indiferença por tudo o que cá fora se discute e apaixona. Seminário e convento.»

No primeiro capítulo, o autor traça, em pinceladas magistrais, o retrato de Salazar, esse «modesto cidadão de Coimbra». Esta frase singela diz muito da personalidade do ditador: homem modesto (e que sempre cultivou essa imagem), nascido num mundo rural pobre, com a pequenez e a mediocridade temperadas pelo ambiente limitado em que sempre viveu, primeiro no mundo rural onde cresceu, depois num seminário em Viseu, em seguida no ambiente fechado da sua velha universidade, depois confinado em Lisboa, furtando-se ao contacto público, evitando as

deslocações fora do país. E com o ditador fechou-se o país, tendo como vectores de orientação a Igreja católica e o horror ao comunismo, longe do progresso e da inovação, impermeável às correntes culturais e científicas que se desenvolveram no mundo. País de características profundamente rurais, evitando os «perigos» da industrialização e do surgimento de uma classe operária forte.

Mas, por detrás da bem ensaiada modéstia e da insinuação de que não queria o poder, Salazar foi desmascarado pelo padre jesuíta Mateo Crawley, hóspede do Colégio dos Grilos e íntimo do ditador e de Cerejeira, quando afirmou em 1927: «A mim não me enganas. Por detrás desta frieza há uma ambição insaciável. És um vulcão de ambições.»

Mas seria o regime de Salazar um regime fascista? A resposta de Torgal é afirmativa e eu não posso deixar de concordar. Porém, uma forma muito particular de fascismo, rural, tacanho e pequenino, como o ditador. Duas citações feitas por Torgal definem, magistralmente, a variante portuguesa de fascismo. Assim, Miguel de Unamuno afirma: «[...] Y nada mejor que llamar fajismo de cátedra — pedagógico y doctrinário — al que informa el actual régimen político portués. La dictadura del núcleo que representa Oliveira Salazar es una dictadura académico-castrense, o, si se quiere, bélico-escolástica. Dictadura de generales — o coroneles — y de catedráticos, con alguna que otra gota eclesiástica», enquanto Trevor-Roper

«considera dever distinguir-se, por detrás do termo ‘fascismo’, dois sistemas distintos que só o oportunismo levou a confundir num só: o que chama o ‘conservadorismo clerical’ e o que apelida de ‘fascismo activo’, predominando o primeiro nas sociedades de tipo rural, mais estáveis, como era o caso de Portugal».

Mas este tipo medíocre e pequeno de fascismo estava bem adaptado ao país, à natureza do seu povo pouco dado à violência, à ideia da caridade para com os pobres e os desvalidos. O Estado Novo, odiando o comunismo (afirmava Cabral Moncada em 1936: «O comunismo marxista [...] eis o inimigo, o Anti-Cristo!»), também rejeitava a democracia e o liberalismo, assumindo algumas preocupações de carácter social e procurando no corporativismo, de certa forma, uma terceira via entre o capitalismo e o socialismo. Segundo Marnoco e Sousa, antecessor de Salazar nas cátedras de Economia Política e Finanças: «O Estado não pode assistir de braços cruzados às cruentas batalhas da concorrência social, permitindo a glorificação dos fortes e a exploração dos fracos, esmagados sob o peso da economia capitalista.» Mas o Estado Novo parece também rejeitar o Estado-providência. Segundo as curiosas palavras de Serras e Silva, professor de Coimbra e um dos mentores de Salazar, «montámos erradamente a educação dos nossos filhos [e] não podemos evitar que eles sejam [...] idólatras adoradores do Estado-providência»,

pelo que neste país de «homens pobres mas honrados» o Estado Novo se limitou a um conjunto de medidas populares, muito ao tipo da caridade pelos pobrezinhos, de que se destacam o congelamento das rendas de casa, o preço artificialmente baixo do pão, a Federação para a Alegria dos Trabalhadores ou a glorificação das famílias numerosas. E tudo sob a capa de um moralismo provinciano que se fazia sentir dentro da própria universidade. A gravidez era reconhecida como justificação para a relevação de faltas das alunas... desde que o filho fosse legítimo e o reitor Moraes Sarmiento propôs o regresso ao sistema das informações: (a) que na caderneta escolar de todos os estudantes se lancem informações relativas à sua educação moral; (b) que os subsídios ... sejam concedidos de harmonia com as qualidades morais dos candidatos; (c) que o governo, corpos administrativos e outras instituições dêem preferência nos seus concursos ou nomeações aos mais dignos, aos de mais sã moral, aos de mais fino carácter...

E, quanto à política de emprego, basta citar o mesmo reitor no relatório que leu em sessão solene de 16 de Outubro de 1940: «[...] o grande remédio para o desemprego é menos ambições e mais trabalho, menos protestos e mais resignação, mais confiança em si, mais amor à terra, à família, à pátria e a Deus».

O segundo capítulo relata o que Torgal chama de período de indefinição política da universidade, que vai de 1926 a 1936, ou seja, desde o

Decreto n.º 11 721, de 12 de Junho de 1926, que repõe a eleição do reitor, até à publicação do famigerado Decreto-Lei n.º 27 003, de 14 de Setembro de 1936, o qual obrigava todos os funcionários públicos a prestar o juramento de fidelidade ao regime: «Declaro por minha honra que estou integrado na ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933, com activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas», com o qual ficava completo o quadro legislativo repressor do Estado. Pelo caminho foram caindo as liberdades académicas. Em 1928, os reitores voltaram a ser de livre escolha do governo e, a partir de 1930, o reitor passou a ser o representante do Ministério da Instrução Pública perante a universidade; em 1931, o Ministério legislou em relação aos professores que «as infrações e delitos cometidos [...] no exercício das suas funções, ou fora deste exercício, em circunstâncias que o afectem, serão punidos com penas que poderão ir desde a advertência à demissão»; a Imprensa da Universidade foi extinta em 1934; em 1935 o Decreto-Lei n.º 25 317 determinou a aposentação, reforma ou demissão dos funcionários que «tenham revelado ou revelem espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política, ou não dêem garantia de cooperar na realização dos fins do Estado» (são então demitidos Abel Salazar da Universidade do Porto, Rodrigues Lapa da Universidade de Lisboa, Sílvio

Lima e Aurélio Quintanilha da Universidade de Coimbra, bem como o secretário desta Universidade, José de Oliveira Neves); finalmente, em 1936 foram suspensas as eleições para a Associação Académica e nomeada uma comissão administrativa, foi suspensa a representação dos estudantes no senado e na assembleia geral da Universidade e foi publicado o famigerado Decreto-Lei n.º 27 003.

Perante tudo isto, a universidade e a academia mantiveram-se mudas e quedas. Exemplo de cinismo é o facto de, em relação à demissão dos professores da universidade, ter bastado a declaração do reitor de que o ministro lhe tinha garantido tratar-se de «uma medida de carácter geral que não visava as universidades» para o senado (sessão de 18 de Julho de 1935) ter lavado as mãos, considerando estar salvaguardada a «dignidade da corporação»...

Mais do que o segundo capítulo, o terceiro é um terrível libelo contra a universidade. Como Reis Torgal demonstra exhaustivamente, a instituição universitária coimbrã nunca assumiu uma posição de distanciamento ou de neutralidade em relação ao Estado Novo e, muito menos, assumiu qualquer atitude de revolta ou de condenação. Muito pelo contrário, como afirma o autor, «a Universidade de Coimbra, como aliás seria lógico — e tal verificar-se-á com outras instituições —, participou activamente no aparelho do Estado Novo. Ou, se quisermos, verificou-se uma

identificação muito clara entre os interesses políticos do salazarismo e os interesses político-culturais da Universidade».

O livro documenta de forma extensiva e irrefutável essa ligação incestuosa que acompanhou a ditadura de Salazar. Referiremos alguns exemplos, tais como a concessão de doutoramentos *honoris causa* a Salazar e ao ditador espanhol Franco (apadrinhado por Cerejeira) ou ainda, em 1937, aos reitores das Universidades de Santiago de Compostela e de Madrid, os quais vieram fardados com o uniforme falangista, as múltiplas homenagens a Salazar em que a universidade se esmerou, por exemplo, em 1937, 1938, 1945, 1948, 1950, 1957 e 1959, a realização de congressos da União Nacional em instalações da universidade, a criação da sala Império na Faculdade de Letras e da sala Dr. Oliveira Salazar na Faculdade de Direito, a adesão oficial da Universidade ao Ano Mariano (1953-1954), as homenagens ao marechal Carmona, etc. Nas palavras do reitor Morais Sarmiento (1940): «É necessidade imperiosa que os académicos actuais sejam portugueses nas ideias, portugueses nas acções, portugueses da ala de Salazar.» Mas, se a Universidade de Coimbra assumiu uma ligação profunda e pública a Salazar, este sempre se afirmou ligado a esta. Recordem-se as suas palavras: «E, no momento, quem está diante de mim é o mesmo ser moral que vem afirmando-se desde séculos: quando estuda, quando ensi-

na, quando se manifesta, é escusado perguntar, porque é Coimbra, é a Universidade.»

O autor aborda também a complexa questão das relações entre ciência, cultura e ideologia. Apesar da dificuldade de análise, parece inquestionável que a Universidade de Coimbra albergou inegavelmente professores de ideologia fascista, ou mesmo nazi. Bastarão duas citações, a primeira de Cabral Moncada: «Fundai uma república em Portugal; mas fundai uma república [...] longe do odiento e odioso espírito judaico, o inimigo nato de todas as pátrias; e longe [...] do estúpido bolchevismo moderno, inimigo de todos os valores do espírito e, portanto, de toda a civilização e de toda a cultura», e a segunda do antropólogo professor Tamagnini: «Podem discutir-se os pormenores, pode discordar-se de certos processos, mas o que ninguém pode contestar é a seguinte afirmação de Adolfo Hitler: numa época em que as raças se estão intoxicando a si próprias, o Estado que devote os seus cuidados aos seus melhores elementos étnicos dominará um dia o mundo.»

O quarto capítulo é dedicado à questão da autonomia, ou melhor, das autonomias, o que Reis Torgal aproveita para salientar a distinção entre universidade e academia. Mas a noção de autonomia é claramente incipiente em relação ao conceito dos nossos dias, limitando-se quase à questão da eleição do reitor, do lado da

universidade, ou à autonomia associativa, por parte da academia. Autonomia muito mais ligada à tradição e ao conceito de dignidade da velha senhora, sempre disposta a reagir a ofensas, como a do texto de Aquilino, a atitudes que atentavam contra o espírito corporativo, a questões de antiguidade em relação à Universidade de Lisboa, mesmo em relação a questões ridículas, como a do filme *Capas Negras*, em que o actor Alberto Ribeiro foi acusado de ter usado capa sem ser estudante... Porém, em relação ao que era substantivo, como as diversas acções repressivas do regime, a instituição calou-se.

O quinto e último capítulo retoma a dualidade universidade/academia e analisa as movimentações estudantis até ao início dos grandes movimentos de contestação dos anos 60. Extremamente interessante é a análise da definição estatutária da Associação Académica como instituição «apolítica» em termos de política partidária e a utilização que foi feita desta questão nas lutas estudantis. Fica evidenciado o crescente apodrecimento do regime, o aparecimento de uma contestação em desenvolvimento a que não é alheia a clivagem dentro do próprio sector católico, tradicionalmente fiel a Salazar. Esta clivagem tem enorme significado e ficou ilustrada com a publicação, em 1958, na revista *Estudos*, do Centro Académico de Democracia Cristã, de que Salazar fora membro e que sempre

apoiara o regime, de um artigo muito crítico do Estado Novo.

Reis Torgal termina com umas breves conclusões de que destacamos, por constituírem uma excelente síntese, as seguintes afirmações: «Se Salazar apelava, constantemente, para as ‘luzes da sua escola’ na difícil arte de governar, era fácil que a Universidade, que de resto formara para o poder alguns dos mais arreigados apoiantes, se identificasse com a política de Salazar, considerando-a, de alguma forma, a sua projecção.

[...] Sobrepunha-se sempre, nomeadamente até ao início da grande crise do regime, no final dos anos 50, a ‘ideia’ da Universidade como a matriz cultural do salazarismo e deste como continuidade da sua herança cultural.»

E termino felicitando Reis Torgal pela coragem de escrever este livro essencial para a melhor compreensão de alguns aspectos do Estado Novo. E digo coragem porque não é fácil, nem cómodo, a um investigador desvendar o comportamento desprezível da sua universidade durante a ditadura. E aqui residirá, porventura, a explicação para a pouca abundância de estudos deste tipo nos países europeus que estiveram submetidos a ditaduras fascistas ou nazis.

ALBERTO AMARAL